

Trabajos, Comunicaciones y Conferencias

**Actas del Seminario Internacional
Transformaciones territoriales
y la actividad agropecuaria**

Tendencias globales y emergentes locales

*Daniela Nieto, Paula Palacios, Pedro Carricart,
Christophe Albaladejo y Ana Louise de Carvalho Fiúza
(coordinadores)*



Actas del Seminario Internacional
Transformaciones Territoriales
y la Actividad Agropecuaria
Tendencias globales y emergentes locales

(La Plata, 2016)

Daniela Nieto
Paula Palacios
Pedro Carricart
Christophe Albaladejo
Ana Louise de Carvalho Fiúza
(Coordinadores)

Diseño: D.C.V Celeste Marzetti

Tapa: D.G. P. Daniela Nuesch

Asesoramiento imagen institucional: Área de Diseño en Comunicación Visual

Queda hecho el depósito que marca la Ley 11.723

©2017 Universidad Nacional de La Plata

ISBN 978-950-34-1590-0

Trabajos, comunicaciones y conferencias, 31

Cita sugerida: Nieto, D. y Palacios, P. Carricart, P., Albaladejo, Ch. y Fiuza, A. L. (Coord.). (2017). Actas del Seminario Internacional Transformaciones territoriales y la actividad agropecuaria: Tendencias globales y emergentes locales. (2016 : La Plata). La Plata : Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. (Trabajos, comunicaciones y conferencias ; 31). Recuperado de <http://libros.fahce.unlp.edu.ar/index.php/libros/catalog/book/96>



Licencia Creative Commons 4.0 Internacional
(Atribución-No comercial-Compartir igual)

Universidad Nacional de La Plata
Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación

Decano

Dr. Aníbal Viguera

Vicedecano

Dr. Mauricio Chama

Secretaria de Asuntos Académicos

Prof. Ana Julia Ramírez

Secretario de Posgrado

Dr. Fabio Espósito

Secretaria de Investigación

Prof. Laura Lenci

Secretario de Extensión Universitaria

Mg. Jerónimo Pinedo

Prosecretario de Gestión Editorial y Difusión

Dr. Guillermo Banzato

Índice

Introducción	9
PRIMERA PARTE: Proyectos y Contextos	11
Estudiar el periurbano platense: territorio, lugar y prácticas socio-espaciales de la Floricultura y Horticultura	
<i>Daniela Patricia Nieto</i>	13
Coexistencia en el territorio de diferentes modelos de desarrollo agropecuario: la teoría de los pactos territoriales aplicada al caso argentino	
<i>Christophe Albaladejo</i>	27
A importância da distinção entre tempo e espaço na sociologia: Em análise as concepções de “Campo” e “Rural”	
<i>Ana Louise de Carvalho Fiúza y Neide Maria de Almeida Pinto</i>	53
SEGUNDA PARTE: Presentación de Estudios de Caso	69
Movimentos sociais por dentro: um olhar para as práticas cotidianas dos pequenos agricultores da Zona da Mata Mineira, Brasil	
<i>Edna Lopes Miranda, Ana Louise de Carvalho Fiúza y Eliane de Fátima Dutra</i>	71
Aposentadoria e a transformação dos modos de vida no campo	
<i>Vanessa Aparecida Moreira de Barros, Ana Louise de Carvalho Fiúza y Barbara Luiza Teixeira Lopes</i>	81

<u>Dinámica de comercialización de productos en fresco en los mercados mayoristas y visión de los procesos de transformación en la fruticultura del Noreste de la Provincia de Buenos Aires, Argentina</u>	
<i>Paula Palacios</i>	93
<u>Las cooperativas frente a la mercantilización del territorio. El caso Bell Ville de la Cooperativa Agropecuaria Unión de Justiniano Posse, Córdoba, Argentina</u>	
<i>Pedro Carricart, Valeria Carricart y Christophe Albaladej</i>	103
<u>El Turismo Rural como emergente local de la Actividad Florícola en el Partido de La Plata. Presentación de casos</u>	
<i>Magalí Marina da Silva Sequeira</i>	117
<u>La Autoridad de Cuenca del Salado: ¿Una Gobernanza alternativa de gestión Cooperativa para la Cuenca del Salado?</u>	
<i>Gustavo Sebastián Walker Esponda</i>	125
<u>Hábitat y vivienda rural en cuestión. La territorialidad emergente de la florihorticultura en el periurbano del Partido de La Plata</u>	
<i>Aramayo, Guillermo Ariel</i>	135
<u>Políticas públicas en el territorio: Ley Nacional 25422 para la recuperación de la ganadería ovina. Su contribución al desarrollo local en el Partido de Rauch, Provincia de Buenos Aires, Argentina</u>	
<i>Diego Boyezuk, Guillermo Hang y Ramón Cieza</i>	147
<u>Os reflexos dos processos de transformação nos modos de morar das famílias rurais de Minas Gerais - Brasil</u>	
<i>Eduarda da Costa Rodrigues, Neide Maria de Almeida Pinto y Ana Louise de Carvalho Fiúza</i>	159
<u>O rádio no cotidiano dos rurais</u>	
<i>Kátia de Lourdes Fraga y Ana Louise de Carvalho Fiúza</i>	167

<u>Impasses conceituais e empíricos envolvendo a categoria Pluriatividade</u>	
<i>Márcia Danielly Cavalcanti Silva y Ana Louise de Carvalho Fiúza</i>	179
<u>As desigualdades de gênero no âmbito acadêmico</u>	
<i>Janayna Avelar Motta y Ana Louise de Carvalho Fiúza</i>	187
<u>Autores</u>	195

Aposentadoria e a transformação dos modos de vida no campo

*Vanesa Aparecida Moreira de Barros, Ana Louisse de Carvalho Fiúza
y Barbara Luiza Teixeira Lopes*

Resumo

A promulgação das leis 8.212 e 8.213, aderidas pela Constituição Brasileira de 1988, contribuíram para o acesso universal dos trabalhadores rurais a aposentadoria. Neste sentido, a presente pesquisa busca verificar os efeitos da aposentadoria rural na mudança dos modos de vida dos idosos rurais. Em um primeiro momento foi realizado uma pesquisa bibliográfica com dissertações e teses que analisaram os efeitos da aposentadoria rural na vida dos idosos. Os resultados indicaram que a efetivação dessas duas leis gerou uma reviravolta na vida dos idosos rurais. Estes passaram a contar com uma renda que antes não existia, aumentou o poder de compra, possibilitou investimentos na unidade doméstica e de produção, etc. O recebimento da aposentadoria rural criou, assim, uma predisposição para planejar o amanhã. Verificou-se, por fim, que a renda advinda da aposentadoria, teve um impacto diferenciado na vida de homens e mulheres: estas, que eram acostumadas a trabalhar, mas não a receber pelo trabalho que realizavam, com a aposentadoria rural passaram de “dependente” a “autônomas”, emancipadas do ponto de vista do uso do dinheiro que recebiam.

Palavras-chave: aposentadoria rural, idosos rurais e modos de vida

Introdução

A temática da previdência social rural vem sendo amplamente discutida nas últimas décadas com o objetivo de averiguar os impactos dos benefícios para os segurados em diferentes regiões do Brasil. As primeiras pesquisas foram realizadas a partir de 1982 pelo Instituto de Pesquisa Econômica

Aplicada (Ipea) e se intensificaram após a Constituição de 1988, com a incorporação do Plano de Custeio (Lei 8.212) e do Plano de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213) que passaram a compor o artigo 202 da Constituição. Estes planos preveem o acesso universal dos idosos e de pessoas com deficiência de ambos os sexos à previdência social rural, desde que comprovada a situação de produtor, parceiro, meeiro, arrendatário, garimpeiro e pescador artesanal, assim como os seus respectivos cônjuges que exerçam atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (Brumer, 2002; Barbosa, 2007).

As pesquisas realizadas a partir da implementação das duas leis identificaram que o acesso dos rurais à renda beneficiária possibilitou uma transformação na vida individual e familiar. Os idosos rurais passaram a contar com uma renda que antes não existia ou era escassa, possibilitando, assim, investimentos na propriedade, nos meios de produção, na unidade doméstica e a aquisição de bens materiais e de consumo, dentre outros. Estudos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 1988 a 2002, relatórios de avaliação do Ipea e pesquisas realizadas pelos programas de pós-graduação apontaram os efeitos não-esperados da política de previdência social rural como a diminuição da pobreza rural, investimentos para melhorias do domicílio, compras de bens duráveis, suporte familiar, possibilidade de aquisição de medicamentos, acesso a serviços de saúde, fortalecimento da economia do município, entre outros (Schneider y Biolchi, 2003; Beltrão, et al., 2004; Beltrão, 2005; Bezerra, 2006; Carvalho, 2010; Barros, 2014).

A motivação para a realização do presente estudo partiu da pesquisa de mestrado realizada por Barros (2014) ao verificar os impactos da aposentadoria rural nos modos de vida dos idosos rurais, revelando uma lacuna a ser investigada. Para tanto, será realizado uma pesquisa para verificar a mudança da visão de mundo e das práticas dos idosos rurais e de sua família a partir da institucionalização do *habitus* previdenciário nas sociedades rurais do Brasil. No entanto, a pesquisa está em andamento e o presente trabalho apresenta os dados da primeira etapa, que compreende a análise dos resultados das dissertações e teses que trabalharam com a temática. Sendo assim, o objetivo foi de realizar uma pesquisa bibliográfica acerca da temática e buscar o estado da arte para entender as diversas discussões e pesquisas realizadas sobre a previdência social rural e as mudanças nos modos de vida.

Metodologia

A fim de alcançar o objetivo proposto buscou-se apresentar detalhadamente as duas etapas realizadas durante a pesquisa para alcançar os resultados.

Etapa 1: Foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca da temática trabalhada e buscar o estado da arte para entender as diversas discussões e pesquisas realizadas sobre a previdência social rural. As buscas online nos bancos de dados da OASIS e IPEA foram baseadas na palavra-chave: Aposentadoria rural e previdência social rural. O OASIS é gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) agrupa repositórios de teses, dissertação, artigos, trabalho de conclusão de curso e artigos. O Ipea é um dos principais órgãos de pesquisa que realizou estudos aprofundados para avaliar a previdência social rural.

Etapa 2: Análise estatística textual utilizando o software Alceste a partir dos resumos das dissertações, teses, artigos, relatórios técnicos e trabalhos de conclusão de curso.

Para realizar uma análise estatística textual utilizou-se os resumos selecionados no banco de dados Oasis e do Ipea. A amostra foi constituída por 15 resumos de dissertações, 4 resumos de teses, 24 resumos de artigos e 8 relatórios técnicos. A coleta de dados foi realizada conforme descrita na Etapa 1.

Após a organização dos 51 resumos passamos para etapa de formatação do texto, que chamamos de corpus para serem analisados com o auxílio do *software* Alceste (Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmento de Texto), desenvolvido na França por Max Reinert (Camargo, 2005).

Para iniciar as análises no programa, o *corpus* estruturado foi convertido para um arquivo de documento *Word for Windows* 2007, salvo no tipo texto-txt e, posteriormente, transportado para o Alceste iniciar as análises. Ressalta-se que o *corpus* de análise é lido pelo programa, através das seis Unidades de Contexto Iniciais (UCIs) correspondentes a cada uma das entrevistas.

Durante a análise dos dados, o *software* realiza quatro etapas para organização dos resultados: (1) leitura do texto e cálculo dos dicionários: corresponde à primeira etapa do processo, que é responsável por reformatar e dividir o texto para a organização das Unidades de Contexto Elementar (UCEs). Organiza os vocábulos, reduz as palavras e cria os dicionários; (2) cálculo das matrizes de dados e classificação das UCEs (cálculo de qui-quadrado medindo a importância das ligações em nível de significância de 5%): as

UCes são selecionadas e ocorrem os cálculos para a formação das matrizes pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD); (3) descrição das classes de UCes: definição e descrição das classes paralelas à Análise Fatorial de Correspondência (AFC); e, por fim, os (4) cálculos complementares: estruturação das UCes em cada classe, estruturação da Classificação Hierárquica Ascendente (CHA) e organização de outras informações que são exportadas no relatório de análise (*rapport détaillé*).

Após os resultados fornecidos pelo *software* Alceste, os dados foram analisados com base na literatura e organizados na forma de tabelas para mostrar a relação de variáveis presentes em cada uma das classes. Posteriormente, selecionaram-se fragmentos dos *corpus* para exemplificar a síntese realizada em cada classe e, assim, utilizaram-nos para verificar os dados mais representativos que apareceram nos estudos sobre a previdência social rural. A utilização do *software* Alceste na análise foi um instrumento que contribuiu para a sistematização e síntese dos resultados.

Resultados

No processamento da análise-padrão do *software* Alceste, o *corpus* foi constituído de 51 UCIs, num total de 25 ocorrências, sendo 2.679 palavras diferentes, com média de 17.47 ocorrências por palavra. Para a análise que se surgiu, foram consideradas as palavras com frequência igual ou superior à média e com $X^2 \geq 3,84$. Após a redução dos vocábulos às suas raízes, foram encontradas 329 palavras reduzidas e analisáveis e 374 UCes. A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) reteve 96% do total das UCes do *corpus*, organizado em cinco classes (Figura 1).

CLASSE 3		CLASSE 4		CLASSE 2		CLASSE 1	
Qualidade de Vida		Reprodução Social		Pesquisa		Aspectos da Lei	
Vocabulaire	Phi	Vocabulaire	Phi	Vocabulaire	Phi	Vocabulaire	Phi
Melhoria	0,40	Grande	0,29	Realização	0,40	Idade	0,38
Condição	0,29	Atividades	0,25	Pesquisa	0,31	Aposentadoria	0,35
Dependência	0,28	Agrícola	0,24	Entrevistas	0,28	Modelo	0,34
Migração	0,23	Mostrar	0,22	Estudo	0,26	Salário mínimo	0,34
Beneficiar	0,31	Previdência	0,20	Objeto	0,26	Pagas	0,32
Relação	0,21	Observação	0,20	Investigar	0,25	Constituição Federal	0,32

Saúde	0,21	Trabalhador	0,19	Presente	0,25	1988	0,32
Família	0,21	Financia	0,17	Dados	0,23	Direito	0,30
Idosos	0,21	Contribuir	0,16	Analise	0,23	Homens	0,30
Relacionamento	0,19	Social	0,15	Campo	0,22	Comprovação	0,30
Condições de vida	0,19	Gasto	0,15	Socioeconômicos	0,21	Mulher	0,23

Figura 1. Dendograma da Classificação Hierárquica

Como pode ser observado na Figura 1, o *corpus* sofreu duas partições a partir do processamento do programa computacional. Houve a primeira partição, que originou duas aglomeração de classes, a Classe 1, denominada Aspectos da Lei, que ficou desmembrada das demais três classes, denominadas variáveis relacionadas a pesquisa, qualidade de vida e reprodução social, que a partir de então sofre mais duas subdivisões. Primeiramente separa-se a o agrupamento da Classe 2 e depois a das Classes 3 e 4, que permaneceram interligadas. Após essa etapa, houve a divisão dos subprodutos referentes às Classes 3 e 4.

Aspectos da Lei

A Classe 1, denominada “Aspectos da Lei”, envolveu 63 UCEs, com 71 palavras, significando 18% do *corpus*. As palavras que contribuíram para a discussão dessa classe foram idade, aposentadoria, modelo, salário mínimo, pagas, Constituição Federal, Mil Novecentos e Oitenta e Oito, direito, homens, comprovação e mulher. Estas palavras nos apontam para o marco legal (Barbosa, 2007) que aconteceu em 1988, o acesso universal da política de previdência e que provocou uma reviravolta na vida dos idosos, especialmente depois de 1991 que foram incorporadas duas novas leis para aperfeiçoar a lei previdenciária de 1988 e possibilitou a redução da idade para homens e mulher rurais, a garantia de uma renda fixa com igualdade de direito.

Com a aprovação das leis 8.212 e 8.213, em 1991, foram incorporadas parte das demandas sindicais da época, como o piso de salário mínimo para os benefícios, diminuição de cinco anos para acessar a aposentadoria rural, em comparação aos trabalhadores urbanos (55 anos para as mulheres rurais e 60 anos os homens), sendo que ambos podem acessar a esse direito dentro de uma mesma família (Brumer, 2002). A efetivação dessas duas leis e a expansão dos direitos pós Constituição de 1988 geraram uma reviravolta na

vida dos trabalhadores rurais, uma vez que passaram a contar com uma renda antes inexistente, tiveram seu poder de compra aumentado, investiram na unidade doméstica e de produção, etc. (Delgado e Cardoso Jr., 2000; 2004).

Nos resumos analisados pelo Alceste temos as UCEs que reforçam esse marco legal.

(...) a fixação de idades diferenciadas para o requerimento da aposentadoria por idade cinquenta e cinco anos para as mulheres e sessenta anos para os homens, e a igualdade de direitos entre trabalhadores e trabalhadores rurais (UCE n° 5).

(...) mesmo não tendo contribuído com o sistema previdenciário. Tais mudanças foram significativas, pois igualaram os direitos de mulheres e homens e fixaram um valor mínimo das (UCE n° 248).

(...) ocorreram mudanças significativas no sistema previdenciária, o caso dos trabalhadores rurais, pode se citar como principais mudanças a criação de um piso mínimo para os benefícios, garantindo o recebimento de pelo menos um salário mínimo (UCE n° 4).

Pesquisa

A Classe 2, nomeada “Pesquisa”, envolveu 95 UCEs, com 95 palavras, que correspondem a 27% do corpus. As palavras que se destacaram nessa classe foram realização, pesquisa, entrevistas, estudo, objeto, investigar, presente, dados e análise. Estas palavras mostraram os tipos de pesquisas que foram utilizadas para avaliar a previdência social rural com predominância de entrevistas para investigar seus efeitos.

Qualidade de Vida

A Classe 3, nomeada “Qualidade de Vida”, envolveu 80 UCEs, com 64 palavras, que correspondem a 22% do corpus. As palavras que se destacaram nessa classe foram melhoria, condição, dependência, migração, beneficiar, relação, saúde, família, idosos, relacionamento e condições de vida. Estas apontam os principais efeitos da previdência social rural sendo a diminuição da pobreza pelas melhorias nas condições de vida dos idosos (Tonezer, 2004; Moraes, 2007), novo papel do idoso na família com a conquista da autonomia (Camarano, 2002; Tonezer, 2004; Carvalho, 2010; Tavares, 2011; Ramos & Arend, 2012) e a contenção da migração (Silva, 2006). As UCEs apresentadas a seguir chamam atenção para esses aspectos.

(...) por permitir que o idoso permaneça no meio rural com maior qualidade de vida, e por se traduzir muitas vezes em auxílio as famílias cujos jovens querem migrar para a cidade (UCE nº 144).

(...) A questão da avaliação do combate a pobreza de uma determinada sociedade e tarefa bastante complexa considerando se a gama de fatores que a permeiam, tais como a educação, a cultura e a economia, propriamente dita (UCE nº 308).

(...) uma outra consequência e o maior empoderamento do idoso dentro da sua família, em particular das mulheres. O papel tradicional do idoso mudou de dependente para provedor, as mulheres foram as maiores beneficiárias dos avanços na seguridade social (UCE nº 148).

Esta última UCE chama atenção para o impacto da previdência social rural na vida das mulheres. O direito à aposentadoria para as mulheres, muito mais que para os homens, ganha dimensão maior pelo fato de grande parte das mulheres que vivem no campo nunca terem recebido ao longo da vida qualquer remuneração pelos trabalhos realizados. O recebimento da aposentadoria simboliza um reconhecimento delas como trabalhadoras. Antes de receberem o benefício as mulheres eram consideradas como “dependentes”, seja dos pais ou dos maridos, ao se aposentarem passam a ser vistas como “autônomas”, portadoras de direitos, como descrito nas palavras das idosas entrevistadas (Brumer, 2002).

Reprodução Social

A Classe 4, nomeada “Reprodução Social” com maior número de UCE, totalizando 119, com 102 palavras, que correspondem a 33% do *corpus*. As palavras que se destacaram nessa classe foram grande, atividades, agrícola, mostrar, previdência, observação, trabalhador, financia, contribuir, social e gasto. Estas palavras apontam para o papel de reprodução social da previdência social rural, tanto no aspecto social nos investimentos financeiros na unidade doméstica como reforma, aquisição de moveis e eletrodomésticos (Delgado e Cardoso, 2004; Santos, 2006; Barros, 2014) auxílio aos filhos (Schwarzer, 2000; Tavares, 2011; Júnior Vellani, 2013) entre outros com também na questão produtiva, uma das palavras que se destacaram foi agrícola e os estudos apontam que principalmente os homens investem o dinheiro do benefício na propriedade funcionando como um seguro agrícola.

(...) no entanto, embora a maior parte dos estabelecimentos pesquisados sejam ativos, poucos entrevistados declararam utilizar a renda dos benefícios para a manutenção das atividades produtivas agrícolas (UCE n°16).

(...) com a universalização da previdência social rural os benefícios previdenciários tornaram-se fonte importante de renda para as famílias rurais sobretudo em regiões economicamente frágeis, tais recursos têm permitido investimentos e custos produtivos assumindo o papel de uma espécie de seguro agrícola, para além de seus objetivos originais de política de proteção social (UCE n° 360).

(...) dessa forma as aposentadorias e pensões rurais enquanto recursos de proteção social estão cumprindo o papel de financiador de atividades agrícolas. (UCE n° 361).

As UCEs apresentadas corroboram com os estudos de Delgado e Cardoso Jr. (2000; 2003), Barbosa (2003) e Barros (2014) ressaltam que o idoso aposentado permanece na unidade produtiva e passa a investir seu benefício em atividades agrícolas, transformando um seguro social em seguro agrícola.

A síntese agrupada pela análise textual nas classes mostra os principais efeitos da previdência social rural que foi um marco legal que impactou na vida de milhões de famílias em todo Brasil propiciando a qualidade de vida para o idoso e sua família bem como a reprodução social dos mesmos.

Conclusão

Na primeira etapa da pesquisa, os resultados das avaliações da previdência social rural nas diferentes regiões brasileiras apresentadas nas dissertações, teses, artigos e relatórios técnicos mostraram que a rotinização da renda fixa dos aposentados fortaleceu uma visão social de mundo voltada para o tempo futuro. A segurança do recebimento do benefício previdenciário, mês após mês, permite, assim, a perspectiva de “futuro” na vida das famílias rurais com aposentados. A disposição para agir com base no tempo futuro se constitui em uma nova forma de ver a vida, pois os aposentados apresentam-se predispostos a introduzirem, em seus modos de vida, o planejamento do amanhã.

Por fim, destaca-se que o que foi apresentado até então, indica que a ausência da segurança financeira e o medo do futuro estavam presentes no cotidiano, pois os idosos viram seus pais morrerem sem um auxílio financeiro, viviam confiantes nas colheitas para sustentar a família e receber uma quantia que pudessem investir no necessário, mostrando uma realidade marcada pela

presença incerteza da renda. Após acessarem a política pública de previdência que lhes garante uma renda mensal. A segurança possibilita planejar o futuro, provocando uma mudança no modo de vida, tanto do idoso como da família.

Referências bibliográficas

- Barbosa, R. S. (2003) Seguro Social e Seguro Agrícola: o duplo papel da Previdência Social Rural. *Revista Científica*, 5(1), Disponível em <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/viewArticle/78>
- Barbosa, R. (2007). *Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil*. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Barros, V. A. M. (2014). *A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta, Minas Gerais*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Brasil.
- Beltrão, K. I., et al. (2004). A constituição de 1988 e o acesso da população rural brasileira à seguridade social. En A. A. Camarano (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60* (pp. 321-351). Rio de Janeiro: IPEA.
- Beltrão, K. I., Camarano, A. A. y Mello, J. L. (2005). *Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros: resultados não - esperados dos avanços da Seguridade Rural*. Rio de Janeiro: IPEA (texto para discussão, 1066).
- Bezerra, A. J. A. (2006). *A Agricultura Familiar e a Universalização dos Direitos Sociais: Estudo sobre a previdência social rural no município de Morro Redondo, Rio Grande do Sul*, (Tese Doutorado em Agronomia), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- Brumer, A. (2002). Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, 4(7), 50-81. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/soc/n7/a03n7.pdf>.
- Camarano, A. A. (Org.) (2002). *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2002/td_0858.pdf.
- Camargo, V. B. (2005). *ALCESTE: um programa informático de análise quantitativa de dados textuais*. En A. S. P. Moreira (Org.). *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: Editora Universitária.

- Carvalho, J. P.C. (2010). *A previdência rural universalista e sua relevância na economia dos municípios do Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Delgado, G. e Cardoso Jr., J. C. (2000). *Principais resultados da pesquisa domiciliar sobre a previdência rural na região sul do Brasil* (Projeto Avaliação Socioeconômica da Previdência Social Rural). Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (texto para discussão, 734).
- Delgado, G. e Cardoso Jr., J. C. (2004). O Idoso e a Previdência Rural no Brasil: A Experiência Recente da Universalização. En A. A. Camarano (Org.), *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60* (pp. 253-292). Rio de Janeiro: IPEA.
- Júnior Vellani, R. L. (2013). *Diagnóstico da situação previdenciária dos produtores rurais de Alfenas, MG*. 75 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Sistemas de Produção na Agropecuária), Universidade José do Rosário Vellano, Alfenas, MG, 2013.
- Kageyama, A. (2002). Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. *Agricultura em São Paulo*, 51(2), 71-84. Disponível em <http://www.iaea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-6.pdf>.
- Kreter, A. C. e Bacha, C.J.C. (2006) Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 44(3), 467-502. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032006000300006>.
- Lui, G. H. e Molina, S. M. G. (2013). Benefícios sociais e transição de modos de vida rurais: uma análise do Bolsa Família e da aposentadoria rural entre pequenos produtores na Amazônia. *Revista de Ciências Sociais*, 38, 137-155, Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/14337>.
- Martins, A. L.M. (2004). *Estado e força de trabalho no Nordeste: ocupação no setor público e aposentadorias rurais na década de 1990-2004* (Tese Doutorado em Economia Aplicada), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, Brasil.
- Morais, E. P. (2007). *Envelhecimento no meio rural: condições de vida, saúde e apoio dos idosos mais velhos de Encruzilhada do Sul-RS* (Tese Doutora em Enfermagem Fundamental) Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, Brasil.

- Ramos, M. P. e Arend, S. C. (2012). O impacto da reforma da previdência social rural brasileira nos arranjos familiares. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 29(1), 67-86, Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982012000100005>.
- Santos, J. R. (2006). *Previdência rural e suas interações com a realidade local: impactos territoriais em São José do Norte-RS*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2006.
- Schneider, S. y Biolchi, M. (2003). A previdência social e seus impactos sociais e econômicos no meio rural do Rio Grande do Sul. *Revista Indicadores Econômicos*, 30(4), 27-42. Disponível em <https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1429>.
- Schwarzer, H. (2000). *Impactos socioeconômicos do sistema de aposentadorias rurais no Brasil: evidências empíricas de um estudo de caso no Estado do Pará*. Texto para Discussão (IPEA), n. 729.
- Silva, T. F. (2006). *Mito de sísifo ou a grande transformação? A experiência brasileira com programas de transferência direta de renda*. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- Tavares, V. O., et al. (2011). Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. *Textos & Contextos*, 10(1), 94-108. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8725>.
- Tonezer, C. (2004). *Idosos Rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul: efeitos da cobertura previdenciária*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, Brasil.

Autores

Christophe Albaladejo

Ingeniero agrónomo del Institut National Agronomique de Paris-Grignon, Francia. Geógrafo de la Universidad de Grenoble I, Francia. Doctor en Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Grenoble I y Habilitado a Dirigir Investigaciones (tesis de HDR) en Geografía y Ordenación del Territorio de la Universidad de Toulouse II Jean-Jaurès, Francia. Profesor de la Universidad Nacional de La Plata, Taller de Integración Curricular II de quinto año de la Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales. Investigador CONICET IMHICIHU Buenos Aires e INRA Laboratorio trinacional Agriteris Francia-Argentina-Brasil.

Participa en el proyecto de la Agence Nationale de la Recherche, Francia: ANR-15-CE21-0006-01 IDAE Institutionnalisation des agroécologies y del Proyecto 11/A252 UNLP FCyF La Plata Nuevas Dinámicas en las Relaciones entre la Actividad Agropecuaria y el Territorio en Argentina. Ha sido profesor visitante de la Universidade Federal do Pará, Brasil, en 1996 y 1997. albalade@me.com

Guillermo Ariel Aramayo

Licenciado en Geografía, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UNLP. Especialista en “Ciencias del territorio”, Facultad de Arquitectura y Urbanismo, UNLP. Carrera de Especialización en Docencia Universitaria- en curso desde agosto del 2009, Rectorado, UNLP. Profesor Adjunto Geografía Humana General, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UNLP. Profesor Adjunto del Seminario de grado: migraciones, conflicto social y territorio en la era del capitalismo global, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UNLP. Jefe de Trabajos Prácticos

de Geografía Humana de la República Argentina, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UNLP. Investigador del Proyecto de la Secretaría de Ciencia y Técnica de la UNLP. Integrante del proyecto: “Lugar y Territorio: Prácticas socio-espaciales de la Floricultura y horticultura en la conformación del Periurbano del Partido de La Plata en las últimas tres décadas. 2015-2018”. Publicaciones varias en revistas especializadas y actas de congresos. gaa.geografia@gmail.com

Janayna Avelar Motta

Graduada em Pedagogia. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa - MG.

Área do conhecimento: Gênero e Ciência; Extensão Rural. Participação no grupo de pesquisa GERAR: Grupo de Estudos Rurais - Agriculturas e Ruralidades, da Universidade Federal de Viçosa. jana_avelar@yahoo.com.br

Diego Alberto Boyezuk

Médico Veterinario, Facultad Ciencias Veterinarias, Universidad Nacional de La Plata. Magíster en Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural (PLIDER). Docente de la Cátedra de Introducción a la Producción Animal FCAYF-UNLP. Docente del Curso de Sociología y Extensión Rural. Facultad de Ciencias Veterinarias. Laboratorio AGRITERRIS. Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales. Universidad Nacional de La Plata. Proyecto INTERRA. Programa SYSTERRA. Políticas públicas y territorio. Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Director y evaluador de tesis de Grado. Autor de varios artículos científicos y de divulgación en el área de producción animal, políticas públicas y territorio. Integrante de proyectos de investigación y extensión universitaria.

Pedro Eleuterio Carricart

Ingeniero Agrónomo, Universidad Nacional de La Plata. Doctor en Geografía, Universidad Nacional del Sur. Áreas de especialización: Economía y Administración Agraria. Desarrollo Territorial Rural. Extensión rural. Profesor titular Administración Agraria. Dto. Desarrollo Rural. FCAYF. UNLP y Profesor cursos: Maestría PLIDER. UNLP. UNMdeP. UNS, Curso Doctorado en Geografía. UNS, curso Maestría en Desarrollo Rural y Gerencia-

miento de Empresas. FCAyF. UNLP. Línea de investigación Actual “Nuevas dinámicas en las relaciones entre la actividad agropecuaria y el territorio en Argentina”. Director y miembro de equipo de investigación. Autor y Coautor de libros, capítulos de libro, artículos publicados en revistas nacionales e internacionales. pedrocarriart@gmail.com

Valeria Carricart

Profesora en Historia de las Artes Visuales, Facultad de Bellas Artes, Universidad Nacional de La Plata. Consultora privada y docente de educación primaria. Autora y coautora de artículos en libros y revistas sobre juventudes rurales, pueblos pampeanos y nuevos estilos de vida juvenil. Autora y coautora de una diversidad de trabajos de extensión en diferentes cooperativas agropecuarias de la región pampeana. Temáticas de especialización: Lenguajes plástico/visuales. Cooperativismo. Juventud rural. Recambios generacionales. Pueblos y juventud rural. Integrante de equipos de investigación como colaboradora externa. Actualmente en la siguiente investigación: “Nuevas dinámicas en las relaciones entre la actividad agropecuaria y el territorio en Argentina”. SPU. Ministerio de Ciencia, tecnología e Innovación productiva, Programa de Incentivos. 2014/2017. FCAyF. UNLP. Becaria UNLP y CONICET (2006-2011). valeriaccarricart@gmail.com

Ramón Cieza

Ingeniero Agrónomo, Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, Universidad Nacional de La Plata. Magíster Scientie en Agroecología y Desarrollo Rural Sustentable UNIA-España. Docente Curso de Introducción a las Ciencias Agrarias y Forestales y Taller de Integración Curricular II del Departamento de Desarrollo Rural FCAyF- UNLP. Docente en Maestría en Procesos Locales de Desarrollo Territorial (PLIDER) UNLP-UNMdP-UNS. Autor de varios artículos científicos y de divulgación en problemáticas de la producción periurbana, tecnologías sustentables, agroecología, agricultura familiar y financiamiento. Director y evaluador de tesis de Grado y Postgrado. Director de proyectos de Investigación, Extensión Universitaria y Vinculación Tecnológica. Prosecretario de Desarrollo Social y Comunitario de la Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales UNLP periodo 2004-2010. Becario de Investigación de la Comisión de Investigaciones Científicas de la Provincia de Buenos Aires.

Eduarda da Costa Rodrigues

Mestranda em Economia Doméstica pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (PPGED/UFV) na linha de pesquisa Trabalho, Consumo e Cultura. Bacharel em Economia Doméstica pela UFV (2015). Pesquisa dentro da Economia Doméstica a Habitação e Modos de Morar no Campo. Bolsista do Programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É membro do Grupo de Estudos Rurais Agriculturas e Ruralidades (GERAR) e do Grupo de Pesquisa Família e Sociedade. eduarda.rodrigues@ufv.br

Magalí Melina da Silva Sequeira

Lic. en Turismo graduada de la Facultad de Ciencias Económicas, Universidad Nacional de La Plata.

Tesis de Grado *La Floricultura como Actividad Rural y sus potencialidades turísticas. Caso: Colonia Urquiza y Abasto (Cordón Periurbano de La Plata)*.

Participación en diferentes congresos y publicaciones sobre el territorio y su relación con el Turismo Rural.

Actualmente, participante del Proyecto Territorio y Lugar: Prácticas socio-espaciales de la Floricultura y Horticultura en la conformación del Periurbano del Partido de La Plata en las últimas tres décadas.

Magali.sequeira@outlook.com

Neide Maria de Almeida Pinto

Possui graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa (1991), mestrado em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (1995) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) com período sanduiche na França, no Institute d Études Politiques de Paris. Pós-Doutorado em Sociologia no Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho em Portugal (2013). Professora associada, vinculada ao Depto de Economia Doméstica, na Universidade Federal de Viçosa. E, atua como coordenadora do Programa de Pós Graduação em Economia Doméstica e como presidente da Comissão de Pesquisa e de Ensino do DED. É líder do grupo certificado de pesquisa do CNPq: Família, Espaço e Sociedade e vice-líder grupo certificado de pesquisa do CNPq: GERAR - Grupo de Estudos Rurais - Ruralidades e Agricultura Familiar . Tem desenvolvido suas pesquisas na área de Econo-

mia Doméstica em interface com a sociologia nos seguintes temas: Família, Habitação e Políticas Públicas; Família, Espaço Doméstico e Sociabilidades; Modos de Morar no Campo e na Cidade; Família, TICs e Uso do Tempo. Publicações relevantes mais recentes: FIÚZA, A. L. C.; SCHOUTEN, MARIA JOHANNA; PINTO, N. M. A. . Changes in the ways of life of farmers in the northwest of Portugal after 1980. Revista Ceres (Online), v. 63, p. 8-15, 2016. SOUZA, N. S. ; PINTO, Neide Maria de Almeida ; FIUZA, A. L. C. Segregação sócio-espacial e percepção de risco de violência em conjuntos habitacionais do programa minha casa minha vida: o caso de viçosa/mg. Libertas (UFJF. Online), v. 16, p. 47-64, 2016. nalmeidapinto@gmail.com

Ana Louise de Carvalho Fiúza

Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora; Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado na linha de pesquisa em População, Família e Saúde no Centro de Investigações em Ciências Sociais da Universidade do Minho, em Portugal. Desde 2004 atua como professora do Departamento de Economia Rural da UFV, atualmente na condição de Professora Associada III, ministrando as disciplinas de Sociologia Rural; Metodologia Científica na graduação; e as disciplinas de Sociologia Rural; Geração de Tecnologia; Gênero, Ciência e Tecnologia e Relações de gênero no meio rural na pós-graduação, onde também atua como orientadora desde 2006. É Coordenadora do GERAR: Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades, no qual desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: 1) Gênero e geração de tecnologia nas Ciências Agrárias; Relações de gênero e geração no campo; Mudanças nos modos de vida no campo; Mobilidade cotidiana entre campo e cidade; Mudanças nos usos dos meios de comunicação no campo. Exerce, ainda, a atividade de editora do Boletim Por Extenso; membro do Conselho Editorial da Universidade Federal de Viçosa, MG e Presidente da Comissão de Pesquisa do Departamento de Economia Rural. louisefiuza@gmail.com

Eliane de Fátima Dutra

Estudante de graduação e bolsista de Iniciação Científica do curso de

Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Economia Doméstica, com afinidade na área de Extensão Rural.

Kátia de Lourdes Fraga

Possui Graduação em Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (1989), Mestrado em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (2005). Doutoranda em Extensão Rural pela Universidade Federal de Viçosa e Professora Adjunto da Universidade Federal de Viçosa, atuando principalmente nos seguintes temas: Comunicação e Rádio. Leciona as disciplinas de Radiojornalismo I, Radiojornalismo II e outras disciplinas optativas. Coordenadora do projeto de extensão “Radiojornal O Expresso”, desde 2016. katiafragaufv@gmail.com

Guillermo Miguel Hang

Ingeniero Agrónomo, Facultad de Agronomía de la Universidad Nacional de La Plata. Diploma Superior en Ciencias Sociales, Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), Sede Argentina. Profesor Titular Ordinario del Curso Socioeconomía, Departamento de Desarrollo Rural, Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales de la Universidad Nacional de La Plata. Profesor del Programa de Doctorado en Ciencia Animal, Facultad de Ciencias Veterinarias, Universidad Nacional del Centro. Director y Profesor en la Carrera de Magister Scientiae en Economía Agroalimentaria FCAYF-UNLP. Director y Profesor de la Carrera de Magister en Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural (PLIDER) FCAYF-UNLP. Director del Departamento de Desarrollo Rural. FCAYF-UNLP. Director de proyectos de Investigación, Extensión Universitaria y Vinculación Tecnológica. Autor de varios artículos científicos y de divulgación en problemáticas de la producción periurbana, agricultura familiar, tecnologías sustentables, agroecología, políticas públicas y territorio. Decano Normalizador de la Facultad de Agronomía de la Universidad Nacional de La Plata 1984-1986. Decano de la Facultad de Agronomía de la Universidad Nacional de La Plata períodos 1986 – 1989, 1989- 1992, 2004-2007 y 2007-2010.

Edna Lopes Miranda

Bacharel e Mestre m Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ex-

tensão Rural pela mesma instituição e membro do Grupo de Estudos Rurais: Agricultura e Ruralidades do Departamento de Economia Rural da UFV.

Publicações: 1) O olhar dos agricultores familiares do município de Araponga-MG sobre sua organização social e produtiva: uma discussão pautada nas representações sociais, ano 2016. Em <http://dx.doi.org/10.5902/2318179621260> 2) A influência dos movimentos sociais nos projetos de vida dos jovens rurais do município de Araponga-MG, ano 2012. Desenvolve projetos na área de Sociologia, rural, atuando principalmente nos seguintes temas: movimentos sociais, ruralidades, campesinato, identidades, agroecologia e agricultura familiar.

Vanessa Aparecida Moreira de Barros

Mestre em Extensão Rural. Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, foi bolsista do Programa de Educação Tutorial em Economia Doméstica (PET/ED). Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e membro do Grupo de Pesquisa GERAR - Grupo de Estudos Rurais: Agricultura e Ruralidades do Departamento de Economia Rural. Desenvolve projetos na área de sociologia rural com ênfase no envelhecimento dos idosos rurais, na previdência social rural, nas relações de gênero e das transformações do campo. vanessa.barros@ufv.br

Daniela Patricia Nieto

Profesora en Geografía, UNLP. Doctoranda en Geografía, UNLP. Prof. Titular interina, Departamento de Geografía. Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación. Universidad Nacional de La Plata (UNLP). Profesora titular del Instituto de formación Superior n° 96 Enseñanza Terciaria, DGCyE, Pcia. de Buenos Aires. Directora Departamento de Geografía. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. UNLP Mayo 2010 a la fecha. Integrante de la Comisión de Grado Académico del Doctorado en Geografía, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, UNLP. Mayo 2010 a la fecha. Coordinadora de la Revista Geograficando, FaHCE-UNLP, Junio de 2015 a la fecha.

Directora del proyecto de investigación *Territorio y Lugar: Prácticas socio-espaciales de la Floricultura y horticultura en la conformación del Periurbano del Partido de La Plata en las últimas tres décadas*. 1/1/2015

y continua. Acreditado. CIG IdIHCS UNLP-CONICET. Directora de becas CIN y tesinas de grado.

Publicaciones varias en revistas especializadas, actas de congreso, libros, principalmente en las temáticas de Geografía Rural.

Paula Palacios

Profesora y Licenciada en Geografía de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata. Magíster en Integración Latinoamericana de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la UNLP. Línea de investigación actual: reestructuración productiva agropecuaria y cambios territoriales en el espacio rural. Profesora Titular dedicación exclusiva del Seminario de Problemas de Geografía Rural de la República Argentina y Adjunta de Geografía Humana de la República Argentina. FAHCE-UNLP. Investigadora del Departamento de Geografía, FAHCE-UNLP y del Laboratorio AGRITERRIS, sede La Plata, Departamento de Desarrollo Rural, Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, (FCAYF-UNLP). Coautora de libros, capítulos de libro, artículos publicados en revistas nacionales e internacionales. Directora y miembro de equipos de investigación.

Márcia Danielly Cavalcanti Silva

Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Ouro Preto-MG (UFOP) Mestranda no Programa de Pós Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de Viçosa- UFV. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Orientadora: Professora Ana Louise de Carvalho Fiúza. O projeto de mestrado tem como título: “Impasses Conceituais envolvendo a Pluriatividade: sob análise das relações empíricas envolvendo o Turismo Rural e a Agricultura Familiar”

Membro do Grupo de Estudos Rurais: Agriculturas e Ruralidades (GERAR). Trabalha com assuntos ligados ao desenvolvimento rural, turismo rural/agroturismo e agricultura. marcia_dany11@yahoo.com.ar

Sebastián Walker

Máster en América Latina Contemporánea Universidad Complutense de Madrid-Universidad Tecnológica Nacional. Ing. Agrónomo, Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales Universidad Nacional de La Plata. Profesorado en Disciplinas Industriales (Posgrado) Instituto Superior Nacional del

Profesorado Técnico. Universidad Tecnológica Nacional- Facultad Regional Avellaneda. Profesor invitado en la Maestría de Procesos Locales de Innovación y Desarrollo Rural. Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales. UNLP. Laboratorio Agriterris. Becario Programa de Servicios Agropecuarios Provinciales (PROSAP) Instituto de Investigación Universitaria Ortega y Gasset Argentina. Universidad Complutense de Madrid-UTN, año 2011-2012. Cargos públicos: -Intendente Interino Localidad de Pila. Frente Para La Victoria. (Enero -Febrero de 2017). elingleswalker@hotmail.com

Esta publicación recapitula los trabajos presentados en el Seminario internacional Transformaciones territoriales y la actividad agropecuaria: Tendencias globales y emergentes locales, en mayo de 2016. Del encuentro participaron equipos de investigación de la UNLP, pertenecientes a la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación y a la Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, y equipos de la Universidade Federal de Viçosa, Brasil. Las contribuciones abordan discusiones teórico-metodológicas y estudios de caso de actividades agropecuarias y transformaciones territoriales en espacios rurales.

**Trabajos, Comunicaciones
y Conferencias**

ISBN 978-950-34-1590-0